



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681125 - SP (2021/0224824-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DIEGO REZENDE POLACHINI - SP309628  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : YSMAELL DE LIMA RODRIGUES CORREIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YSMAELL DE LIMA RODRIGUES CORREIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2128658-76.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito por ter sido abordado em poder de uma bolsa com porções de cocaína.

A impetrante sustenta que a prisão preventiva foi decretada com base na manutenção da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal, fundamentada na gravidade em abstrato da conduta, na falta de comprovação de residência e trabalho, bem como a quantidade e diversidade de entorpecentes apreendidos.

Aduz que o paciente é primário e possui bons antecedentes e não há elementos que indiquem o seu envolvimento com o tráfico.

Afirma que deve ser revogada a prisão preventiva, pois não foram demonstrados os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal ou subsidiariamente ser concedida a prisão domiciliar ou, ainda, uma das medidas cautelares diversas da prisão e em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva e, subsidiariamente, seja substituída pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal consignou o seguinte (fl. 186):

Isso porque, a decisão que decretou a prisão preventiva está bem fundamentada, com indicação da regularidade do flagrante e da existência de prova da materialidade e de indícios de autoria contra os pacientes (fls. 65/68).

Afinal, a Magistrada enfatizou a gravidade concretada conduta, na medida em que o paciente foi preso em flagrante na posse de expressiva quantidade de cocaína 150 porções (110,6g) que seria destinada à entrega a consumo de terceiros.

Na verdade, a prisão em flagrante aconteceu depois que o acusado tentou fugir dos policiais, e dispensou uma bolsa branca, mas acabou abordado e as drogas apreendidas no interior da bolsa.

Essas circunstâncias, aliadas à expressiva quantidade de entorpecente, que poderia ser distribuída para inúmeros usuários, por certo, indicam a gravidade concreta da conduta e recomendam a constrição para a garantia da ordem pública e da instrução criminal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente